A "QUESTÃO SOCIAL" DESDE A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: alguns subsídios para o debate

Heloísa Teles[1]
Laís Duarte Corrêa[2]
Eduarda Salla Marcelino[3]
Luiza Palha Maçaneiro[4]
Laura Pacheco Alves[5]

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar o exercício de aproximação analítica com as tendências que perpassam o ensino da "questão social" na pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Trata-se de uma análise documental, ancorada no método materialista, para a qual foram utilizados dados provenientes da Plataforma Sucupira, organizados em Planilha do Excel para análise posterior. Os resultados parciais apontam que dos 36 Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social, 26 possuem o descritor "Serviço Social" em sua nomenclatura. Destes, 13 contam com disciplinas que versam sobre a "questão social", somando 23 disciplinas. A partir da análise dos planos de ensino destas disciplinas, foram contabilizadas 500 referências, as quais totalizam 217 autores/as dos quais 52,5% são brasileiros(as), 21,7% norte-americanos/europeus e 4,6% latino-americanos. A partir disso são indicadas algumas reflexões sobre o debate da "questão social" no Serviço Social no âmbito da formação *stricto sensu*.

Palavras-chave: Questão Social. Serviço Social. Pós-Graduação.

ABSTRACT

This article aims to present the exercise of analytical approach to the trends that permeate the teaching of the "social issue" in graduate studies in Social Work in Brazil. This is a documental analysis, anchored in the materialist method, for which data from the Plataforma Sucupira were used, organized in an Excel spreadsheet for later analysis. The partial results indicate that from the 36 Graduation Programs in the area of Social Work, 26 have the descriptor "Social Work" in their nomenclature. Of these, 13 have subjects that deal with the "social issue", adding up to 23 subjects. From the analysis of the

[1] Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social (PUCRS). Docente no Departamento de Serviço Social(UFSC). Integrante do grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina – Veias Abertas. E-mail: heloisa.teles@ufsc.br
[2] Assistente Social. Mestre em Política Social e Serviço Social (UFRGS). Doutoranda em Serviço Social (PUCRS). Bolsista do CNPq. Integrante do grupo de estudos e pesquisas Trabalho e Política Social na América Latina – Veias Abertas. E-mail: duarte.lais@hotmail.com
[3] Graduanda de Serviço Social (UFSC). Bolsista do grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina – Veias Abertas. Email: eduardasallamarcelino@gmail.com
[4] Graduanda de Serviço Social (UFSC). Bolsista do grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina – Veias Abertas. Email: luiza.macan.ufsc@gmail.com
[5] Graduanda de Serviço Social (UFSC). Bolsista do grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina – Veias Abertas. Email: laurapacheco2001@hotmail.com

teaching plans of these courses, 500 references were counted, totaling 217 authors, of which 52.5% are Brazilian, 21.7% North American/European, and 4.6% Latin American. Based on this, some reflections on the debate of the "social issue" in Social Work within the scope of stricto sensu training are indicated.

Keywords: Social Issue. Social Work. Postgraduate Programs.

1. A "QUESTÃO SOCIAL" COMO OBJETO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social brasileiro tem uma história atravessada por contradições advindas da própria materialidade da realidade social. Desde sua origem tem inscrito o signo do conservadorismo como elemento constitutivo, atuando como estratégia de contenção e concessão às lutas sociais. Sua concepção encontra-se vinculada à própria nascente da "questão social"[6], estabelecendo uma relação dialética com as expressões derivadas da consolidação do capitalismo dependente no Brasil.

Mergulhada nas tensões e disputas constitutivas do desenvolvimento brasileiro, a profissão alcança um certo nível de criticidade no bojo do processo de redemocratização do país, nos anos 1980, quando do aprofundamento da vertente marxista e mediação com a profissão, principalmente pelos estudos de Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto.

Como resultado, tem-se no início dos anos de 1990 a construção de um Projeto Ético-Político que reconhece a "questão social" como elemento fundante da profissão ao mesmo tempo em que seu objeto de trabalho. Mesmo carregando em sua origem e significado uma concepção conservadora, a profissão aposta, de forma bastante difusa, na incorporação do conceito de "questão social" como chave explicativa da realidade social, parte constitutiva das relações sociais e expressão das desigualdades engendradas pelo capitalismo (IAMAMOTO, 2015).

Essa concepção alicerça a compreensão de que a profissão no Brasil não se constitui endogenamente, ou, "prisioneira em seus muros internos" (IAMAMOTO, 2015), pois a "questão social", desde a sua origem, tem atravessado e conformado as

[6] O uso das aspas decorre de "um certo cuidado na sua adoção" que se explica não somente pela origem conservadora da expressão, conforme alertam Iamamoto (2001) e Netto (2001), mas também como "solução" para o fato da "questão social" não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria no sentido marxiano como 'forma de ser, determinação da existência'." (SANTOS, 2012, p. 18 27).

demandas para intervenção, o próprio cotidiano do exercício profissional, bem como suas condições e relações de trabalho. Além de se constituir como seu elemento fundante, a "questão social" é também matéria-prima de trabalho do/a assistente social, visto que "é ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade de ação profissional [...]"(IAMAMOTO, 2015, p.62) junto aos mais diversos segmentos da população tal como os indivíduos e as suas famílias vivenciam-nas.

Pensar a incorporação da "questão social" como objeto de trabalho do Serviço Social é fundamental para compreendermos o esforço da profissão na aproximação de uma perspectiva crítica de análise da realidade. Localizar as contradições e desigualdades sociais no seio da estrutura do modo de produção capitalista significa o reconhecimento do caráter coletivo da produção da riqueza social em contraponto a sua apropriação privada, sem deixar de reconhecer os limites que o termo possui, dado seu cariz conservador, e a incidência no próprio desenvolvimento da profissão.

O conceito original da "questão social" parte do reconhecimento do pauperismo como fenômeno advindo da consolidação do capitalismo no contexto europeu, materializado pela brutal e desigual relação estabelecida entre a acumulação de riqueza por um lado e a acumulação da pobreza, por outro lado. Netto (2001) sinaliza que a designação desse pauperismo pela expressão "questão social" encontra relação com os desdobramentos sócio-políticos assumidos nesse período. Ou seja, ao invés da aceitação passiva da condição de exploração, os pauperizados forjaram diferentes estratégias de protestos e resistências, lançando luz à luta política da classe trabalhadora recém-constituída.

Apesar de nascer num campo de contestação política, o conceito, aos poucos, vai sendo incorporado pelo pensamento conservador dando um caráter naturalizador e moralizante para as contradições advindas do modo de produção capitalista. Essa mudança ocorre na transição para a modernidade, induzida fortemente pela consolidação da revolução francesa (1848), que marca a ascensão dos valores burgueses na nova ordem estabelecida. Sem pretender suplantar a complexidade que pauta esses fenômenos, nos interessa destacar a gravitação vivida pelo termo do campo da reivindicação para o campo conservador, localizando a problemática que significa a incorporação desse conceito como objeto da profissão. Entende-se que os

desafios que a atual conjuntura coloca à profissão passam pela necessidade do enfrentamento teórico dos dilemas que perfazem a profissão em nosso país e isso passa, obrigatoriamente, pelo questionamento dos motivos que levaram o Serviço Social brasileiro a adotar como seu objeto um conceito tão imiscuído de contradições.

Todavia, resguardados os questionamentos em relação a adoção do conceito, nos cabe, filiadas à teoria marxista, seguirmos debruçadas na tarefa de decifrar as particularidades que compõem o processo de acumulação capitalista no capitalismo dependente. Isso porque as explicações que aludem a totalidade do modo de produção capitalista em sua expressão fenomênica global não são suficientes para explicarmos a particularidade latino-americana e, dentre elas, a brasileira. Nesse sentido, compreende-se que a gênese do Serviço Social tem como vínculo seminal as demandas advindas da transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente, atravessadas pela manutenção das relações vinculadas ao colonialismo[7] perpetrado pelos colonizadores europeus. Dos principais legados do colonialismo aqui praticado, destacamos o monopólio da terra e o racismo que configuraram-se como bases para a consolidação da superexploração da força de trabalho[8] no contexto latino-americano (SOUZA, 2020) e particularizam a "questão social" no Brasil.

Destarte, a "questão social", resguardada as contradições do próprio termo, se constitui para o Serviço Social um conceito teórico importante para explicar a dinâmica contraditória de acumulação e reprodução capitalista em âmbito global e, a partir disso, a dinâmica estabelecida pela luta de classes e para a atuação do Estado no contexto de capitalismo dependente. Entretanto, a concepção teórica sobre o objeto de trabalho do Serviço Social explicitada até então, apesar de ser preponderante, uma

[7] "Assim começa o colonialismo no que veio a ser a América, de cujas *veias abertas* ainda se drena a riqueza, cinco séculos depois. Com a prática na rapina, as possibilidades de produção de riqueza, para muito além da existente e saqueada, fez que espanhóis e portugueses seguidos de perto pelos concorrentes holandeses e ingleses, logo dessem início à ocupação e à dominação permanente nesse território. Com a Índia já saqueada, mas não ocupada, e perdida na disputa com os concorrentes, Portugal se voltou ao enorme pedaço da América que lhe coube na disputa com os espanhóis" (SOUZA, 2020, p. 47, grifos da autora).

[8] A superexploração da força de trabalho, mecanismo típico adotado nessas economias por meio da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa combinadas, segundo análise de Marini (2000), caracteriza-se como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva.

vez que é incorporada pelo Projeto Ético-Político profissional, não é exclusiva. Ou seja, assim como qualquer objeto teórico, ela se encontra em disputa com outras tendências teóricas que se presentificam na produção acadêmico-científica.

Nesse sentido, este artigo busca apresentar, de forma preliminar, o exercício de aproximação analítica com as diferentes tendências que perpassam o ensino da "questão social" na Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Trata-se de um recorte da pesquisa de caráter misto intitulada *A "questão social" como objeto de trabalho dos assistentes sociais: estado da arte da produção na área do Serviço Social* e produto de diálogos e reflexões realizadas coletivamente no *Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Política Social na América Latina – Veias Abertas*.

Para tanto, foi desenvolvida revisão bibliográfica sobre a temática em autores/as cujas produções ancoram-se na teoria social crítica, e realizado um levantamento de Planos de Ensino, por meio da Plataforma Sucupira, de disciplinas que versam sobre a "questão social" nos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social (PPGSS). O levantamento foi realizado em cinco etapas: 1) foram identificados os programas PPGSS registrados na Plataforma; 2) foram identificados os programas que possuem o descritor "Serviço Social" em sua nomenclatura; 3) identificaram-se as disciplinas sobre "questão social" ativas nesses programas; 4) fez-se um levantamento das referências utilizadas em cada uma delas; e, 5) realizou-se a organização e análise dos/as autores/as.

Os dados coletados foram organizados em uma planilha do Excel e quantificados para a realização de um panorama geral e preliminar das tendências teóricas que pautam a abordagem e compreensão da "questão social" na pós-graduação em Serviço Social. O lócus de análise foram os PPGSS, considerando que é nestes espaços que se formam os docentes que não só irão ministrar esta disciplina quando de sua existência no currículo dos cursos de graduação em Serviço Social, mas que farão a sua mediação no ensino da formação profissional de Assistentes Sociais, considerando os conteúdos e a transversalidade prevista nas Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Buscando subsidiar as análises dos dados obtidos, o artigo inicialmente busca tratar sobre a relação seminal estabelecida entre o Serviço Social e a "questão social"

a partir de suas particularidades no Brasil, e posteriormente, apresentar a análise preliminar dos dados coletados na pesquisa.

2. "QUESTÃO SOCIAL" E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA BRASILEIRA

Filiada a perspectiva teórica crítica e latino-americanista, apreende-se que a contradição entre capital e trabalho brasileira, forjada na transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente, só foi possível por meio da escravidão e da expropriação das riquezas materiais e minerais da América Latina. Vale sublinhar que a "questão social" em terras tupiniquins é marcada por mais de três séculos de colonialismo, atravessando a estrutura econômica, social e ideologicamente o Brasil, incluindo o próprio Serviço Social.

Contudo, essa compreensão nem sempre pautou a análise da profissão e do seu objeto de intervenção, visto a sua origem conservadora. Diante disso, e com vistas a substanciar as análises propostas neste artigo, recuperamos de forma breve, os fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão no intuito de localizar a relação estabelecida entre a o Serviço Social e o seu objeto de intervenção.

Nessa linha de raciocínio, importa recuperar que a gênese do Serviço Social se associa às demandas advindas da consolidação do capitalismo dependente, aos interesses das classes dominantes, entrelaçada ao ideário católico, imprimindo a ela um caráter conservador de apostolado. Por sua vez, a intervenção no contexto originário atendia a necessidade de mistificar e naturalizar a superexploração da força de trabalho e as desigualdades emergentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista dependente. É nesse período em que há um aumento dos movimentos migratórios internos, sob os quais, destituída de terras e condições de ocupação, a população, em sua maioria negra e recém liberta da escravidão, começa a ocupar os morros e os bairros insalubres dos grandes centros industriais, com carência ou falta absoluta de água e recursos que garantissem sua reprodução social.

A modernização conservadora, característica fundante da formação sócio-histórica brasileira, fomentou a adoção de estratégias "anti-desenvolvimento",

reforçando a manutenção da estrutura arcaica, excludente e, portanto, desigual do subdesenvolvimento. Materializa essa afirmativa a indução da migração de europeus para ocupar o então nascente mercado de trabalho brasileiro em detrimento da possibilidade de inserção dos recém-libertos no processo de produção e circulação de capital, significando, por consequência, sua marginalização.

As condições para o nascente operariado brasileiro não se encontravam em condições muito melhores pois, aqueles que ocuparam o mercado de trabalho foram relegados a ambientes insalubres, sem condições mínimas de segurança e de sobrevivência. A jornada diária de trabalho era de 10 a 14 horas e o poder aquisitivo dos salários não era (e ainda não é) suficiente para dar conta das necessidades de sua reprodução social, pois "o preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo [...] pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p.129)

Em diálogo com Moura (2021) é possível apreender a formação de uma franja marginal ocupada por trabalhadores, em sua maioria recém libertos da escravidão, que estariam aptos a inserção no mercado de trabalho, e, a quem, desde sua origem, foram negados toda e qualquer possibilidade para sua inclusão, ficando fora, inclusive, da constituição do exército industrial de reserva. Essa dinâmica é constitutiva da superexploração da força de trabalho, essência da dependência.

Destaca-se ainda nesse período, a ação repressiva policial pelo Estado à essa população diante da sua incapacidade de propor políticas públicas. Vale lembrar que a violência é característica fundante do Estado latino-americano e, no Brasil, ganha requintes de brutalidade dada a reprodução dos valores etnocêntricos das classes dominantes, os quais “representam uma redoma ideológica que tem como função impedir a mobilidade vertical dos seus estratos inferiores” (MOURA, 2021, p. 37).

Nesse contexto, a gênese do Serviço Social no Brasil encontra alimento nesse caldo conservador, constitutivo e reproduzido pela estrutura política, econômica e social do país e encontra na Igreja Católica respaldo para seu desenvolvimento. Vale destacar o papel crucial desempenhado pela Igreja Católica na dinâmica conservadora, uma vez que se constitui como uma das principais instituições sociais produtora e reprodutora dos valores que sustentam o colonialismo. Nesse sentido, os

referenciais orientadores da ação das pioneiras do Serviço Social serão a Doutrina Social da Igreja, com base nas Encíclicas Papais (Rerum Novarum e Quadragesimo Anno especialmente), bem como o ideário franco-belga de ação social e o pensamento de São Tomás de Aquino (neotomismo), a partir dos quais a abordagem da “questão social” se dava como problema moral e religioso, com prioridade da intervenção no indivíduo e suas famílias como pressuposto para a solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. Assim, o Serviço Social visava adequar seus "clientes" às relações sociais vigentes, isto é, as relações sociais capitalistas. (YAZBEK, 2009).

A intervenção dessas primeiras assistentes sociais era fortemente doutrinária e assistencial, e o perfil profissional além de ser burguês e feminino, era fortemente marcado pela ideia vocacional e missionária. Nesse sentido, podemos afirmar que a profissão assumia um caráter repressivo, eugenista, passivo e naturalizante à população atendida e suas condições de vida na sociabilidade capitalista, principalmente considerando a implantação do Serviço Social vinculado a grupos e frações restritos das classes dominantes e, posteriormente, ao conjunto das classes dominantes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p.127), vinculado à Igreja Católica (ambos com laços com a AIB) em um período cuja ação estatal é tomada pela repressão, com referenciais que não questionavam os desdobramentos da relação entre explorados e exploradores.

Nos anos 1940, a incorporação do ideário desenvolvimentista pelo Estado expresso pela ampliação da intervenção estatal nos processos de indução ao capitalismo e, consequente, o aprofundamento da industrialização e complexificação do tecido social, demandam a expansão das Instituições Sociais. Nessa esteira, surgem novas requisições profissionais suscitando o desenvolvimento de um novo “arranjo teórico doutrinário” (IAMAMOTO, 2013) materializando o processo de tecnificação profissional que deriva da aproximação e incorporação de referenciais norte-americanos no Serviço Social brasileiro, pautados pelo caráter conservador próprios da teoria positivista. Esse referencial aborda as relações sociais dos indivíduos no plano imediato, trabalhando as relações aparentes dos fatos, de forma

fragmentada, não permitindo o deciframento da realidade a partir de sua essência e sem questionar a estrutura instituída.

Nessa linha, a intervenção profissional era, portanto, funcional à hegemonia do capital, deixando explícita a intensa relação da profissão com a herança colonial do país dadas as determinações históricas e sociais de sua gênese. Ora, podemos refletir que a própria intervenção ajustadora, manipuladora e impositiva, reforça intervenções típicas dos colonizadores, porque etnocidas, com viés de superioridade, seja racial, moral ou cultural ante à população atendida.

É somente a partir dos anos 1960, com o início do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, nos marcos do pós-Revolução Cubana e da instalação de processos ditatoriais na região latino-americana, que esse referencial passa a ser questionado, expressando-se no Brasil em três direções (NETTO, 2015).

A primeira, perspectiva modernizadora, busca no positivismo, especificamente no funcionalismo, o referencial teórico que, ainda com resquícios da Doutrina Social da Igreja, permanecerá contribuindo com a ordem social vigente, através do enfrentamento aos desajustes e desequilíbrios para o reenquadramento dos indivíduos. A segunda direção, a perspectiva de reatualização do conservadorismo, não coloca em pauta a “questão social” pois os indivíduos são vistos de maneira transclassista e o trabalho é pautado no referencial fenomenológico, com ênfase à consciência do ser na relação com a consciência do outro ser. Ambas não rompem com o conservadorismo profissional, ainda que travestidas de renovação.

A ruptura com o conservadorismo só será intencionada na última perspectiva, de intenção de ruptura, expressando a aproximação com a teoria marxista irradiada do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, contraditoriamente no período conhecido como os “anos de terror” da ditadura civil-militar no Brasil. Essa perspectiva representou o início do esforço para a mudança de base teórica para o Serviço Social, que não mais exclusivamente se apoiaria no caráter religioso e norte-americano, mas sim na teoria marxista, expandindo seu horizonte na tentativa de um trabalho mais crítico e investigativo acerca do que é e como ocorre a luta de classes, bem como os desdobramentos advindos da reprodução do capitalismo dependente. Essa perspectiva, considerados os limitadores próprios do contexto histórico vivenciado e

as opões políticas adotadas pelos/as assistentes sociais, atinge sua maioridade intelectual na reabertura democrática no final dos anos de 1980, a partir da elaboração teórica de Iamamoto, considerada a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, a partir dos "clássicos" da tradição marxiana (NETTO, 2015).

Essa aproximação e incorporação da tradição marxista pela profissão permite apreender dialeticamente a "questão social" e a profissão, considerando que tanto o processo de intenção de ruptura com o conservadorismo quanto da incorporação da teoria marxiana e do método marxiano são atravessados por determinações sociais e históricas do país cujos "[...] vetores de transformação e permanência [...] comparecem, em medida desigual e metamorfoseados, na resultante em que, indubitavelmente, predomina o novo" (NETTO, 2015, p.178).

Portanto, considerando a relação intrínseca e dialética da profissão e da "questão social", bem como dos elementos que as conformam, e, devido à importância da apreensão da "questão social" pela categoria de assistentes sociais a partir da teoria marxista, busca-se identificar no âmbito da pós-graduação as tendências contemporâneas que têm pautado o seu debate no seio da formação. Nessa via, o próximo item ilustra os achados de pesquisa obtidos até o momento.

3. A "QUESTÃO SOCIAL" INSCRITA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES PRELIMINARES

O Serviço Social brasileiro possui uma vinculação seminal com a consolidação do capitalismo dependente. Sua gênese é originária da necessidade de expansão e modernização da estrutura produtiva e social capitalista e o seu objeto refere a contradição máxima advinda da relação entre a exploração realizada pelo capital e a resistência forjada pelos trabalhadores, expressa sob a forma de inúmeras expressões concretas. Destarte, como explicitado anteriormente, a pesquisa ora apresentada buscou identificar os PPGSS que possuem disciplinas sobre a "questão social", justamente porque é neste âmbito que se formam os/as docentes.

Diante disso, buscou-se identificar os PPGSS cadastrados na Plataforma Sucupira que totalizam 36. Posteriormente, selecionou-se os PPGSS que possuem

em sua nomenclatura o descritor “Serviço Social” e, nestes, identificou-se a existência de disciplinas ativas que versam sobre a “questão social”, conforme Tabela 1.

Tabela 1- Análise dos PPGSS com Disciplinas sobre “Questão Social”

VARIÁVEIS	N
PPGSS cadastrados na Plataforma Sucupira	36
PPGSS com descrito Serviço Social na Nomenclatura	26
PPGSS com descritor Serviço Social na nomenclatura com disciplinas de “Questão Social”	13
Quantidade de disciplinas de “Questão Social”	23
Total de referências	500
Total de autores/as	217

Fonte: Sistematizado pelas autoras a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira, 2020.

Como é possível identificar, existem atualmente 36 Programas de Pós-Graduação (PPGs) cadastrados na área de Serviço Social, dos quais 26 possuem em sua nomenclatura o descritor “Serviço Social”. Destes, somente 13 possuem disciplinas sobre “questão social”. Diante disso, podemos problematizar que, apesar da importância do conceito para a profissão ele não assume centralidade na formação de todos os docentes que irão ensiná-lo aos futuros profissionais.

Ainda de acordo com os dados, dos 13 PPGSS com disciplinas sobre “questão social”, alguns possuem mais do que uma disciplina que versam sobre ela, permitindo inferir a compreensão não só sobre a necessidade da sua abordagem na formação de futuros/as docentes, mas também do seu aprofundamento e transversalidade.

Ainda buscando algumas aproximações e análises provisórias sobre a abordagem e aprofundamento nessas disciplinas, identificou-se que das 23 disciplinas sobre “questão social” há 500 referências, as quais totalizam 217 autores/as. Destes/as autores/as, quantificou-se os/as mais utilizados, conforme Tabela 2:

Tabela 2- Autores mais utilizados nos Planos de Ensino das Disciplinas de “Questão Social”

AUTOR/A	Marilda Villela Iamamoto	José Paulo Netto	Robert Castel	Karl Marx	Potyara A. Pereira	István Mészáros	Edilene Pimentel	Outros	Total
N	42	35	21	21	13	11	11	63	217
%	19,4	16,1	9,7	9,7	6	5,1	5,1	29	100

Fonte: Sistematizado pelas autoras a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira, 2020.

A partir da Tabela 2, identificamos que Marilda Iamamoto (19,4%) e José Paulo Netto (16,1%) aparecem como autores mais utilizados nos estudos sobre o objeto de trabalho de assistentes sociais na pós-graduação. Esses dados revelam a sua enorme importância para a construção de um Serviço Social crítico nas últimas décadas, bem como para o avanço da produção intelectual sobre a "questão social" "enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas" (IAMAMOTO, 2001, p 11).

Outro dado relevante é que Robert Castel (9,7%) também aparece como um dos autores mais utilizados nas disciplinas de "questão social", o que representa uma importante questão para análise, uma vez que se trata de um autor de nacionalidade francesa não filiado à tradição marxista. Reconhecendo a relevância e contribuição de sua obra, interessa-nos dar sequência na investigação para buscar apreender em que medida seus escritos servem de referência para a análise da "questão social" brasileira. Ou seja, importa questionar se o referencial advindo da leitura de Castel é validado, simplesmente, ou apreendido com a crítica necessária para a elaboração das mediações com a formação sócio-histórica brasileira, bem como dos fundamentos que constituem as particularidades que a "questão social" nesta realidade.

Considerando os movimentos intensos de problematização da "questão social" e o legado colonialista constitutivo do país e profissão, defende-se a necessidade de ampliação da incorporação de autores/as que apresentem uma perspectiva teórica tendo como marco as relações sociais de produção no capitalismo dependente latino-americano, compreendendo desde a formação sócio-histórica da Pátria Grande. Dessa forma, é de extrema importância que possamos seguir problematizando o apagamento de autores/as negros/as, quilombolas, indígenas (e das mulheres) nos currículos de Serviço Social e a consequência disso na compreensão no reconhecimento da "questão social" brasileira e latino-americana. Seguindo essa linha de reflexão, na Tabela 3 buscamos nos aproximar de uma análise que privilegia a nacionalidade de autores/as utilizados/as nos planos de ensino das disciplinas sobre "questão social" nos PPGSS.

Tabela 3- Nacionalidade dos/as Autores/as utilizados nos Planos de Ensino das disciplinas de "Questão Social"

NACIONALIDADE	Brasileira	Latinoamericana	Europeia/norte-americana	Não Identificada	Total
N	114	10	47	46	217
%	52,5	4,6	21,7	21,2	100

Fonte: Sistematizado pelas autoras a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira, 2020.

Em análise à Tabela 3 algumas questões sobressaem. A predominância dos/as autores/as brasileiros/as (52,2%) parece corroborar a tendência da Universidade brasileira estabelecer pouco diálogo com a América Latina (4,6%) em continuidade a um debate endógeno em relação ao continente. Os esforços da profissão em ampliar os diálogos com a Pátria Grande são notórios, materializados pelo número crescente de intercâmbio entre Universidades e pesquisadores, produções científicas e eventos. No entanto, tomar a América Latina e suas particularidades como referência na análise da produção de conhecimento do Serviço Social ainda não é predominante.

Esse distanciamento dos/as autores/as citados acima em relação a teoria social crítica latino-americana, como também do debate da formação sócio-histórica do continente, mostra como a narrativa da história dos povos latino-americanos é permeada por processos de disputas e conflitos. Nesse sentido, Baez (2010) apresenta que desde o processo violento e brutal de colonização das Américas, o memoricídio tem sido um instrumento utilizado pelas classes dominantes locais a fim de apagar a memória, o patrimônio histórico - tangível ou intangível - que simboliza a resistência. De acordo com Baez a transculturação ou substituição da memória foi executada com perfídia em três etapas: "a) pelo estilhaçamento da memória subjugada, aparecendo nas perdas e nostalgias; b) pela incorporação forçada da cultura dominante; c) e, pela elaboração, por parte dos sobreviventes, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau de contato" (BÁEZ, 2010, p.37).

Segundo Clóvis Moura (1990), a expressão "quem tem o poder, dá o saber" demonstra exatamente como nossa história vem sendo contada pela narrativa dos vencedores (21,7% de autores europeus/norte-americanos), a medida em que a história dos vencidos vem sendo apagada há mais de 500 anos como consequência dos séculos de colonialismo por meio do roubo de nossas histórias, crenças, culturas, costumes. Portanto, reivindicar o estudo de autores/as latino-americanos/as nos

currículos das disciplinas de “questão social” é fundamental para compreendermos o objeto de trabalho do/a assistente social a partir de nossa própria história.

4. ALGUMAS REFLEXÕES EM CARÁTER DE SÍNTESE

O estudo ora apresentado possibilitou depreender que a concepção hegemônica que pauta a apreensão da “questão social” no Serviço Social se encontra bastante influenciada pelas produções de autores homens, brancos e europeus em sua grande maioria. Sem negar o acúmulo teórico conquistado pela profissão, principalmente no que diz respeito aos estudos e produções de Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto, que possuem extrema relevância para os avanços críticos empreendidos pela profissão, se reconhece a ausência ou quase nula inclusão de autores/as que não façam parte do circuito acadêmico mais elitizado. Poucas são as referências de autores/as negros/as ou indígenas.

Essa ausência, defende-se aqui, não é sem intenção. Pelo contrário, diz respeito aos processos históricos de apagamento da história daqueles que oficialmente foram vencidos em detrimento aos vencedores. Incluir esses autores nos currículos dos cursos de Serviço Social - aqui generalizando o nível de formação, não pode e nem deve ser compreendido apenas como política de reparação histórica. Deve servir como aproximação à narrativa mais próxima e fiel da nossa história e tentativa de superação do pensamento social hegemônico colonizado da Universidade brasileira. Soma-se a isso a importância de se inquirir sobre quais são as categorias explicativas da realidade que o Serviço Social tem lançado mão para decifrar a dialética histórica da nossa região.

Tratando-se de um estudo inicial e preliminar, componente de uma pesquisa ampliada e em desenvolvimento, fica o registro da continuidade das nossas pesquisas a partir da análise das referências, ementário e conteúdos abordados nas disciplinas, entendendo a formação de docentes na pós-graduação como campo estratégico para reflexão. Registra-se que os indicativos contidos nos dados apresentados são pistas para apreendermos, no campo da formação profissional, como o Serviço Social vem decifrando e dialogando com seu objeto de intervenção. Se cabe à pós-graduação em

Serviço Social a formação dos/as futuros/as docentes defende-se a imprescindibilidade de reivindicar a verdade histórica, narrada pelos vencidos, como diretriz para a formação. Salienta-se ainda que, em meio ao avanço do conservadorismo crescente, mais do que nunca, é necessário o debate crítico para consolidar os pressupostos defendidos em nosso Projeto Ético-Político.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** 1996.

BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina:** da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A “questão social” no capitalismo. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MOURA, Clóvis. Atritos entre a história, o conhecimento e o poder. **Revista Princípios**, N. 19, 1990.

MOURA, Clóvis. **O negro:** de bom escravo a mau cidadão? 2ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Josiane Soares.**“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.